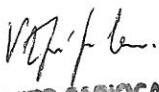


---

Aprovado o Regulamento  
e o projeto de Conselho de  
Gestão, em 27/01/2010

  
**VITO CARIOCHA**  
Presidente do IPB



**IPBeja**  
INSTITUTO POLITÉCNICO  
DE BEJA

**REGULAMENTO DE PRESTAÇÃO  
DE SERVIÇOS ESPECIALIZADOS À  
COMUNIDADE**

## REGULAMENTO DE PRESTAÇÃO DE SERVIÇOS ESPECIALIZADOS À COMUNIDADE

### Preambulo

Considerando que:

- a) O Instituto Politécnico de Beja, adiante designado por IPBEJA, é uma instituição de ensino superior sob a forma de pessoa colectiva de direito público, que integra como Unidades Orgânicas quatro escolas superiores - *Escola Superior Agrária de Beja; Escola Superior de Educação de Beja; Escola Superior de Saúde de Beja; e Escola Superior de Tecnologia e Gestão de Beja*, e como Unidade Orgânicas de Apoio à Formação e ao Desenvolvimento a Biblioteca, o Museu Botânico e o Centro de Transferência de Conhecimento.
- b) Nos termos do Regime Jurídico das Instituições de Ensino Superior (RJIES), aprovado pela Lei nº 62/2007, de 10 de Setembro, e dos Estatutos do Instituto Politécnico de Beja, aprovados pelo Despacho Normativo nº 47/2008, publicados na IIª série do Diário da República, de 02 de Setembro, cabem no âmbito das atribuições do Instituto Politécnico de Beja:
  - A prestação de Serviços à comunidade e de apoio ao desenvolvimento;
  - A transferência e valorização económica do conhecimento científico e tecnológico;
  - A realização de acções de formação profissional e de actualização de conhecimentos,
  - A cooperação e intercâmbio cultural, científico e técnico com instituições congéneres nacionais ou estrangeiras;
- c) Também estatutariamente, uma das missões confiadas ao Instituto Politécnico de Beja, é a participação em actividades de ligação à sociedade, designadamente tendentes à difusão e transferência de conhecimentos, assim como valorização económica do conhecimento científico;
- d) A vocação do Instituto Politécnico de Beja para a investigação aplicada e de desenvolvimento experimental, assumindo-se como pólo de I&D capaz de contribuir para o desenvolvimento sustentável da região onde se insere;
- e) A ligação com a Comunidade é, cada vez mais, um factor estratégico potenciador do desenvolvimento, capital para o ajuste funcional das Instituições de Ensino Superior aos

desafios propostos por conjunturas sócio-económicas em constante mutação e às crescentes exigências da competitividade.

- f) O Instituto Politécnico de Beja enquanto possuidor de conhecimentos técnicos, de tecnologia necessária (laboratórios de investigação e de análise) e de recursos humanos qualificados e especializados, tem sido, de forma crescente, chamado a colaborar em distintas áreas do saber, domínio das diversas Unidades Orgânicas que compõem o Instituto Politécnico de Beja;
- g) O facto da interligação à comunidade, que se manifesta particularmente no apoio prestado através da prestação de serviços Especializados, ser uma componente da avaliação externa dos Estabelecimentos de Ensino Superior.
- h) A necessidade de garantir uma gestão de recursos capaz de garantir eficiência, situação que implica que as actividades de prestação de serviços não devem constituir encargo financeiro para o Instituto, devendo, isso sim, representar um contributo líquido para o seu orçamento;
- i) A necessidade de desenvolver as prestações de serviços com base num conjunto de regras simples e objectivas, transparentes, que contrariem a burocratização processual e evitem situações duvidosas e tratamentos de favor;
- j) O direito ao estímulo material sob a forma de remuneração adicional do pessoal do Instituto Politécnico de Beja directamente envolvidos na prestação de serviços à comunidade, em todas as situações justificadas;
- k) A obrigatoriedade de todas as acções realizadas ao abrigo desta regulamentação terem carácter institucional, necessariamente com base em protocolos operacionalizados através de acordos específicos, ou contratos, onde se definem concretamente os deveres e obrigações inerentes, de forma objectiva, inequívoca;

**Com o objectivo de criar um adequado quadro normativo que permita definir procedimentos facilitadores da gestão dos processos relativos às Prestações de Serviços Especializados à Comunidade e que, ao mesmo tempo, incentive e promova, internamente, o incremento dessa actividade, é, nos termos da autonomia administrativa consignada na lei e nos Estatutos, aprovado o seguinte Regulamento:**

## **Princípios Gerais**

1. Apenas serão autorizadas Prestações de Serviços que sejam compatíveis com a missão e fins técnico-científicos da Unidade Orgânica, do Departamento ou Serviço que as assegura, devendo demonstrar-se relevantes à luz dos interesses e atribuições consagrados no Plano de Actividades do Instituto Politécnico de Beja.
2. As prestações de serviços especializados à comunidade deverão, preferencialmente, ser realizadas através do recurso aos meios humanos e materiais de o Instituto Politécnico de Beja dispõe no período de execução das mesmas.
3. No exercício das actividades inerentes às Prestações de Serviços Especializados à Comunidade os colaboradores do IPBeja devem pautar-se por critérios de qualidade e excelência e rigor técnico-científico.
4. As prestações de serviços a realizar não podem colidir com princípios de ética e deontologia profissionais,
5. Serão sempre salvaguardados os direitos de propriedade intelectual e industrial que possam emergir do trabalho realizado no âmbito das Prestações de Serviços Especializados à Comunidade, quer para os autores das ideias, quer para o Instituto.
6. As Prestações de Serviços a realizar não poderão colocar o Instituto Politécnico de Beja em condições de concorrência desleal com outros agentes prestadores de serviços;
7. As Prestações de Serviços a realizar não poderão, em caso algum, gerar situações conflituantes, de qualquer natureza, com os Interesses do IPBeja.
8. Uma vez que, os recursos humanos e materiais utilizados nas prestações estão adstritos à Instituição, considera-se o Instituto Politécnico de Beja no direito de receber uma parte das receitas provenientes da realização das Prestações de Serviços Especializados à Comunidade, designada por "componente Institucional".
9. As Prestações de Serviços Especializados à Comunidade deverão representar uma mais-valia para o IPBEJA, podendo esta revestir natureza técnico-científica, económica, ou social.

## **Artigo 1º (Âmbito)**

1. No âmbito das atribuições que lhe estão cometidas por lei, o Instituto Politécnico de Beja poderá realizar Prestações de Serviços Especializados à Comunidade através das suas Unidades Orgânicas de Ensino e de Investigação, das Unidades Orgânicas de Apoio à Formação e ao Desenvolvimento, de outras que venham a ser criadas, dos seus Serviços, ou através de organizações de *interface* com a comunidade em que o Instituto participe ou seja associado.

2. A prestação de serviços ao exterior não poderá prejudicar as normais actividades docentes, de investigação e não docentes prosseguidas pelo Instituto.

## Artigo 2º

### **(Definição de Prestação de Serviços Especializados à Comunidade)**

1. Considera-se Prestação de Serviços Especializados à Comunidade (PSEC) as actividades, projectos e trabalhos solicitados por entidades externas de natureza pública, privada ou cooperativa, que envolvam meios humanos e/ou materiais do Instituto Politécnico de Beja.

2. Para os efeitos do número anterior, consideram-se Prestações de Serviços Especializados à Comunidade:

a) Actividades de carácter técnico, projectos, trabalhos de consultoria e afins, requeridos por entidades privadas ou públicas, não financiados por fundos comunitários ou nacionais, que não imponham uma estrutura física e financeira específica;

b) Serviços de tipo laboratorial, tais como análises e ensaios;

c) Trabalhos de investigação ou de desenvolvimento realizados através de solicitação externa;

d) Serviço docente e de formação prestados a outras entidades, onde se inclui a leccionação em cursos específicos de curta duração, bem como a participação em acções do foro essencialmente pedagógico, organizados por entidades externas;

e) Às situações de exercício de funções docentes noutras Instituições de Ensino Superior, em regime de acumulação de funções, em que a lei exija autorização do IPBEJA e que a colaboração se desenvolva no âmbito de Protocolo Institucional;

f) Organização e/ou leccionação de cursos específicos de curta duração promovidos pelo Instituto Politécnico de Beja;

g) Realização ou participação em Projectos financiados por fundos comunitários ou nacionais, que imponham uma estrutura física e financeira específica.

## Artigo 3º

### **(Receitas)**

1. As receitas resultantes das Prestações de Serviços Especializados à Comunidade constituem receitas próprias do Instituto Politécnico de Beja, nos termos do disposto na al. f) do nº 1 do art. 13 dos Estatutos do IPBEJA.

**Artigo 4 °**  
**(Procedimentos)**

1.As Prestações de Serviços Especializados à Comunidade estão sujeitas aos seguintes procedimentos internos:

1.1 Formalização da proposta de Prestação de Serviços, de acordo o disposto no artigo 5º;

1.1.1 Pelo docente/trabalhador promotor da prestação;

As propostas de Prestação de Serviços são formalizadas no Gabinete de Prestação de Serviços, que as encaminhará para aos Serviços da Presidência para apreciação superior.

1.1.2 Pela entidade interessada na prestação.

Neste caso o pedido será dirigido aos Serviços da Presidência do Instituto Politécnico de Beja, que encaminhará a proposta para a Unidade Orgânica/ Departamentos ou Serviço competente.

1.2 Emissão de parecer pelo Director da Unidade Orgânica, ouvido o Director do Departamento ao qual o docente promotor esteja adstrito, sempre que os serviços da Presidência entendam oportuno;

1.3 Quando as Prestações de Serviços Especializados à Comunidade envolvam encargos e/ou que originem receitas para o Instituto Politécnico de Beja, as propostas estarão obrigatoriamente sujeitas a deliberação de autorização a emitir pelo Conselho de Gestão;

1.4 A autorização pelo Presidente do Instituto Politécnico de Beja;

1.5 Remessa do processo para o Gabinete das Prestações de Serviços Especializados à Comunidade, ao qual competirá, em articulação directa com o promotor da Prestação de Serviços Especializados à Comunidade, organizar e acompanhar os processos, dando lugar aos procedimentos necessários ao seu normal decurso, nomeadamente, comunicação da autorização ao promotor, à remessa e solicitação de documentação à entidade requerente, solicitação da emissão de factura aos Serviços Financeiros e a todos os outros que se revelem necessários.

**Artigo 5 °**  
**(Implementação da Proposta)**

1. Em regra, qualquer prestação de serviços é proposta através do preenchimento da Ficha de Prestação de Serviços, com excepção das previstas nas al. e) e g), que são formalizadas através de Ficha de Colaboração Inter-Institucional e de Ficha de Enquadramento de Projecto, respectivamente, todas anexas ao presente Regulamento.

2. As Prestações de Serviços Especializados à Comunidade com actividade continuada, concretamente as enunciadas na alínea b), h) e i) do n.º 2 do art. 2.º, que se traduzam na repetição de serviços para a mesma entidade, sem variabilidade de conteúdo, integram um único processo, contudo, deverão ser respeitados os restantes procedimentos definidos, podendo estas Prestação ser formalizadas através de contrato simplificado.

Neste caso as Fichas de Prestação de Serviços, são, logo aquando da apresentação da proposta, indexadas ao processo já existente, do qual passarão a fazer parte integrante.

3. As PSEC enunciadas na alínea g) do n.º 2 do art. 2.º devem ser formalizadas através de Ficha de Enquadramento de Projecto, elemento cuja formalização deverá ser coadjuvado pelo Gabinete de Projectos do Instituto Politécnico de Beja, ficando a cargo desse Gabinete de Projectos a remessa da Ficha de Enquadramento de Projecto à Presidência do IPBEJA.
4. As propostas de Prestação de Serviços à comunidade que envolvam encargos e/ou que originem receitas para o Instituto Politécnico de Beja serão, obrigatoriamente, acompanhadas de planificação orçamental;

#### Artigo 6º

##### **(Factores de Avaliação das propostas de Prestação de Serviços Especializados à Comunidade)**

O parecer a emitir pelo Director da Unidade Orgânica ou Responsável do Serviço deve atender aos seguintes factores:

- a) Capacidade Técnica de execução da PSEC;
- b) Disponibilidade de recursos humanos e materiais para a realização da PSEC;
- c) Tipo de mais-valia gerada para o IPBEJA, podendo esta reportar-se à Unidade orgânica/ Departamento ou Serviço.

#### Artigo 7º

##### **(Responsabilidade do promotor da Prestação de Serviços Especializados à Comunidade)**

Ao promotor da Prestação de Serviços Especializados à Comunidade competem as seguintes tarefas:

1. Dar início ao processo, através do preenchimento da Ficha adequada;
2. Elaborar planeamento orçamental;
3. Após autorização da PSEC, solicitar os meios necessários à correcta execução da prestação;

- 3.1.- Elaborar a Requisição de todo o material necessário à execução da prestação no momento da formalização do processo;
- 3.2.- Solicitar outros meios que se demonstrem necessários à boa execução da Prestações de Serviços Especializados à Comunidade;
- 3.3.- Solicitar a autorização para deslocação em viatura própria e proceder ao preenchimento do respectivo boletim de destinado ao pagamento de despesas de transporte e ajudas de custo, seguindo os procedimentos que estão determinados para o efeito pelos Serviços do IPBEJA;
4. Executar a Prestação de Serviços Especializados à Comunidade;
5. Remeter ao Gabinete de prestações toda a documentação produzida no âmbito das actividades desenvolvidas;
6. Informar o Serviço responsável pela gestão das Prestações de Serviços Especializados à Comunidade do termo da execução da mesma, ou, nos casos de em que estejam envolvidas contrapartidas de natureza financeira, do termo das fases que dêem lugar a pagamentos.

#### Artigo 8 °

##### **(Competências do Gabinete de Prestações de Serviços Especializados à Comunidade)**

Ao Gabinete de Prestações de Serviços Especializados à Comunidade é responsável pelas seguintes tarefas:

1. Proceder à abertura e à identificação do Processo;
2. Gerir a documentação referente ao Processo;
3. Remeter e solicitar documentação necessária à entidade externa requerente da Prestação;
4. Solicitar aos Serviços Financeiros do IPBEJA a emissão de facturas - após comunicação do promotor da Prestação sobre a conclusão da execução da Prestação ou de fases da mesma que dêem lugar a pagamentos;
5. Proceder ao encerramento do Processo;
6. Gerir a informação referente às Prestações realizadas pelo IPBEJA;

#### Artigo 9°

##### **(Afectação de verbas)**

1. Para efeitos do presente Regulamento, considera-se “receita” as importâncias recebidas no âmbito das Prestações de Serviços Especializados à Comunidade, depois deduzidas as despesas inerentes à realização de serviços, como, entre outras que se venham a identificar, as referentes à aquisição de materiais, equipamento, infra-estruturas, bens de consumo e despesas com pessoal externo, devendo ainda atender-se, à imputação de tempo de actividade de trabalhadores públicos, nomeadamente pessoal não docente, que, no seu horário de trabalho desempenhem tarefas directamente associadas à Prestação de Serviços, à excepção das tarefas inerentes à apreciação da proposta, celebração de contrato, facturação e registo contabilístico dos factos.



2. Caso a Prestação esteja sujeita à tributação de IVA, nos termos do regime legal aplicável, também o montante cobrado a esse título será deduzido para a obtenção da receita.
3. A afectação das receitas, calculadas nos termos do n.º 1 do presente artigo, resultantes das actividades de Prestação de Serviços Especializados à Comunidade elencadas nas alíneas a), b), c), d), e), f), e g) do n.º 2 do art. 2.º, será processada do seguinte modo:
  - a) 25% da receita reverte para o Instituto Politécnico de Beja, na qualidade de componente institucional;
  - b) 75% da receita, reverte para os elementos que executam a PSEC.Ou, em alternativa, por opção do promotor, expressamente indicada na Ficha de PSEC,
  - c) 100% da receita reverte a favor de Departamento ou Laboratório, sendo afectadas exclusivamente à aquisição de equipamentos técnicos, material bibliográfico, formação profissional, e deslocações a eventos de carácter científico.
4. As receitas resultantes das actividades de Prestação de Serviços Especializados à Comunidade definidas nas alíneas h) e i) do n.º 2 do art. 2.º, serão processadas integralmente a favor do Instituto Politécnico de Beja.
5. As aquisições previstas na al. c) do n.º 3 deverão ser, impreterivelmente, concluídas no último ano de execução da prestação de serviços.

#### Artigo 10.º (Valores de referência)

1. Entende-se por valor de referência a expressão monetária máxima a pagar ao colaborador no âmbito da Prestação de Serviços Especializados à Comunidade, com as especificidades constantes dos números seguintes;
2. No âmbito das Prestações de Serviços Especializados à Comunidade enquadradas na alínea e), bem como no caso das prestações incluídas na alínea d) do n.º 2 do art. 2.º, em que a entidade requisitante não esteja sujeita a limites decorrentes de projectos financiados, o valor de referência será o valor de hora lectiva, atendendo à categoria do docente envolvido, através da aplicação da fórmula  $VH = VB/52$ , em que VB traduz o vencimento base e VH traduz o vencimento hora.
3. No caso das Prestações de Serviços Especializados à Comunidade enquadradas na alínea f) do n.º 2 do art. 2.º serão considerados como valores de referência os constantes do quadro I da TABELA em anexo. Podendo, para essas Prestações, ser definida uma verba destinada à coordenação, que será calculada no montante máximo de 5%, tendo por base o valor determinado na al. b) do n.º 3 do artigo 9.º.
4. Quando, de forma excepcional e devidamente fundamentada, o IPBEJA necessitar de se socorrer de recursos humanos externos, para a realização das Prestações de Serviços

contratadas, é definido como valor de referência o montante de 43,50€, salvaguardando, se for caso disso, outros valores e em função da prestação a efectuar.

5. Nas Prestações de Serviços Especializados à Comunidade enquadradas na alínea g) do n.º 2 do art. 2º deverão sempre ser considerados os limites impostos pelas regras aplicáveis aos projectos.
6. Quando a Prestação de Serviços Especializados à Comunidade implique a deslocação dos colaboradores que executam a prestação, deve a mesma constar do plano orçamental, servindo como regras e valores de referência os determinados para as deslocações e ajudas de custo na Administração Pública.

#### **Artigo 11 ° (Remunerações)**

1. Sem prejuízo do estipulado no Estatuto da Carreira Docente, no que se refere ao regime de exclusividade, pelas actividades desenvolvidas e que são objecto do presente Regulamento, os docentes do IPBEJA, vinculados em regime de dedicação exclusiva e/ou em regime de tempo integral, poderão receber remunerações complementares, nos termos da legislação que lhes é aplicável.
2. Os restantes trabalhadores do IPBEJA, não integrados na carreira docente, poderão ser igualmente remunerados pela sua participação em actividades de Prestação de Serviços Especializados à Comunidade, desde que, essa participação decorra fora das horas normais de serviço, e não implique prejuízo para o normal funcionamento dos Serviço.
3. Em caso algum poderá o docente/trabalhador receber directamente qualquer pagamento de entidades privadas, públicas ou cooperativas no âmbito da sua participação nas actividades objecto do presente Regulamento.
4. A remuneração a atribuir pelas actividades executadas no âmbito da Prestações de Serviços realizada será atribuída de acordo com as regras respeitantes à afectação de verbas e valores de referência determinados no presente Regulamento.
5. Os valores pagos aos colaboradores internos do IPBEJA serão objecto da retenção de IRS, de acordo com a legislação em vigor, sendo sempre processados pelos Serviços de Recursos Humanos dos IPBEJA.

#### **Artigo 12 ° (Preço dos Serviços)**

1. Os preços dos Serviços Especializados a prestar pelo IPBEJA serão definidos caso a caso, atendendo às particularidades de cada Prestação.
2. Os preços definidos deverão respeitar sempre o princípio de que as Prestações de Serviços Especializados à Comunidade não podem implicar prejuízos para o IPBEJA.
3. Para os Serviços no âmbito das Prestações enumeradas na alínea b) do n.º 2 do art. 2º deverá ser adoptados o preço definido no quadro I do anexo ao presente regulamento, que tem, contudo, carácter meramente indicativo.

4. O valor das Prestações de Serviços constantes da alínea g) será definido casuisticamente, com base em proposta remetida pelo Gabinete de Prestação de Serviços ao Conselho de Gestão.

Artigo 13 °  
**(Bens adquiridos no âmbito das Prestações)**

1. Os equipamentos e outros bens inventariáveis, adquiridos ou amortizados no âmbito das Prestações de Serviços Especializados à Comunidade, constituem património do IPBEJA.
2. Quando a Prestação de Serviços Especializados à Comunidade for enquadrável no n.º 3 do artigo 9º, e se referir a contratos com entidades para o desenvolvimento de produtos ou processos que tragam para o Instituto bens de capital, cujo valor seja superior a € 35 000.00 (trinta e cinco mil euros), a afectação de receita, tal como prevista nas alíneas a) e b) desse artigo poderão ser alteradas.

Artigo 14 °  
**(Forma de vinculação)**

1. As Prestações de Serviços Especializados à Comunidade deverão, preferencialmente, ter lugar no âmbito de **Protocolo de Cooperação** a celebrar entre a entidade externa e o Instituto Politécnico de Beja.
2. No caso de Prestações de Serviços solicitadas por outras Instituições de Ensino Superior a celebração de **Protocolo de Cooperação** é obrigatória.
3. As Prestações de Serviços Especializados à Comunidade, assumem a forma de “Contrato”, “Acordo Específico” ou “Contrato Simplificado” a celebrar entre o Instituto e a entidade externa envolvida, onde constem clara e inequivocamente os direitos e obrigações partes,
4. Competirá aos Serviços da Presidência, decidir sobre a forma de vinculação mais adequada e, caso haja lugar à celebração de contrato escrito, dar apoio à sua redacção e celebração.

Artigo 15°  
**(Direitos de Autor)**

Relativamente a cada uma das Prestações de Serviços Especializados à Comunidade, atender-se-á, contratualmente, à necessidade de salvaguarda dos direitos de autor e de propriedade industrial que possam resultar do trabalho realizado, quer para os autores das ideias, quer para o Instituto Politécnico de Beja.

**Artigo 16°**  
**(Responsabilidade Civil)**

1. Caso se justifique, face à natureza dos serviços prestados, poderá, nos termos da lei, ser estabelecido um seguro de responsabilidade civil de forma a cobrir os riscos em que incorram os prestadores dos serviços, os equipamentos a utilizar na prestação propriedade do IPBeja, bem como qualquer responsabilidade que decorra da realização das actividades contratadas para as entidades contratantes.
2. Os custos decorrentes do contrato de seguro de responsabilidade civil que venha a ser celebrado são da responsabilidade da entidade requerente do Serviço.
3. A decisão de celebração de seguro, bem como a escolha das coberturas adequadas, serão competência dos Serviços da Presidência do IPBEJA.

**Artigo 17°**  
**(Emissão de facturas)**

1. Só serão emitidas facturas e recibos em nome do Instituto Politécnico de Beja, se as propostas de Prestação de Serviços Especializados à Comunidade tiverem sido previamente autorizadas pelo Conselho de Gestão.
2. Todas as receitas devem ser depositadas na Tesouraria do IPBEJA.

**Artigo 18 °**  
**(Entrada em vigor e revisão)**

1. O presente Regulamento é aprovado através de despacho do Presidente do Instituto Politécnico de Beja, no exercício das competências que lhe estão legal e estatutariamente cometidas
2. O presente Regulamento poderá, a todo o momento, ser revisto, alterado ou objecto de especificações que contribuam para a melhoria da eficácia prática dos procedimentos a ele inerentes, por decisão do Presidente do Instituto.
3. No caso de as alterações introduzidas se incluírem no âmbito orçamental das Prestação de Serviços à comunidade, deverão ser avaliadas e aprovadas em Conselho de Gestão.
4. O presente Regulamento, bem como as revisões, alterações ou especificações que venham a ter lugar, entram em vigor no dia imediato ao da sua aprovação.

**QUADRO I – ANEXO AO REGULAMENTO DE PRESTAÇÃO DE SERVIÇOS DO INSTITUTO POLITÉCNICO DE BEJA**

**TABELA PREÇOS DOS SERVIÇOS 2010**

	<b>TIPO DE SERVIÇO</b>		<b>PREÇO</b>
<b>LABORATÓRIOS SOLOS ESTIG</b>	Ensaio de Compactação (Proctor – LNEC E-197-1966)		100€
	Determinação Laboratorial do Teor em Água (NP 84- 1965)		10,00€/ uni
	Determinação do Limite de Liquidez (NP 143 – 1969)		35€
	Determinação do Limite de Plasticidade (NP 143 – 1969)		35€
	Equivalente de Areia (LNEC E-199 -1967)		35€
	Determinação da Densidade das Partículas (NP 83- 1965)		30€
	Análise Granulométrica (peneiração) (LNEC E-239 -1970)		35€
	Análise Granulométrica (com sedimentação) (LNEC E-196 -1966)		90€
	Ensaio de Capacidade de Resistência (LNEC E-198 -1967)		200€
	Ensaio Edométrico		150€
	Ensaio de Permeabilidade		120€
	Ensaio de Carga Pontual (em rocha)* (segundo recomendações da ISRM)		20€
	*sem preparação de provetes.		
	Elaboração de Relatório Técnico		150€
<b>LABORATÓRIO de TERRAS da ESAB</b>	<b>PARÂMETROS</b>		
	Parâmetro pH (H <sub>2</sub> O)	1,50 €	
	Parâmetro pH (KCl)	2,00	
	Parâmetro Matéria orgânica total	5,00	
	Parâmetro Fósforo extraível	5,00	
	Parâmetro Potássio extraível	5,00	
	Parâmetro Textura manual	0,50	
	Terra fina	0,50	

<b>LABORATÓRIO de TERRAS da ESAB</b>	Densidade aparente	0,50
	Calcário activo	6,00
	Análise mecânica	15,00
	<b>PACOTE AT</b>	
	- pH (H <sub>2</sub> O)	15 €
	Matéria orgânica total	
	Fósforo extraível	
	Potássio extraível	
	Textura manual	
	Terra fina	
	Densidade aparente	